

ECONOMIA



UE revoga procedimento contra Portugal

■ Jean-Claude Juncker, que ontem dirigiu a reunião do Eurogrupo, anunciou categoricamente que a União Europeia vai revogar o procedimento por défice excessivo a Portugal e Itália. Acrescentando que em 2008 não haverá nenhum Estado em incumprimento.

Recuperação de créditos malparados dispara 20%

OS BANCOS ESTÃO A DELEGAR em firmas especializadas a recuperação de incobráveis. Um negócio em expansão.

Luís Reis Ribeiro
lribeiro@economicasggs.com

Desemprego, descontrolo nos gastos, divórcio, morte, iliteracia financeira, taxas de juro baixas durante muito tempo e estratégias agressivas dos bancos para venderem produtos são os factores que mais estão a contribuir para o crescimento acentuado do crédito malparado em Portugal. Oficialmente, o rácio de incumprimento divulgado pelo Banco de Portugal é baixo (não chega a 2% dos empréstimos) e encontra-se estabilizado, mas percebe-se porquê: bancos e outras instituições financeiras estão a pagar a empresas especializadas para recuperarem os seus créditos incobráveis ou a vender carteiras de malparado ('write off'), operação que lhes permite retirar esses 'maus activos' do balanço e manter as contas saudáveis.

Dito de outra forma, o 'mercado' do incumprimento não pára de crescer e os que se dedicam à recuperação de crédito vêm o seu negócio florescer. A crise que reventou nos mercados de crédito em Agosto fez aumentar de forma inesperada as taxas de juro, devendo pressionar ainda mais os endividados ao longo de 2008.

Este ano, as dívidas recuperadas pelos privados que integram a Associação Portuguesa das Empresas de Recuperação

Os maiores problemas estão ligados ao crédito ao consumo e ao uso dos cartões de crédito, diz António Gaspar, director-geral da APERC.

RECUPERADO

Em 2007 (milhões de euros)

420

PARTICULARES

Peso no crédito recuperado

95%

ção de Crédito (APERC) deverão ultrapassar os 420 milhões de euros, mais 20% do que no ano passado, estima António Gaspar, director-executivo da associação. No final deste ano, esta plataforma representará 25 empresas especializadas na recuperação não-judicial de dívidas. Actuam em regime de 'outsourcing' por conta de bancos, seguradoras e companhias de 'leasing' e 'factoring', mas também de empresas de telecomunicações e do sector da distribuição, explica o director-geral. "Os portugueses recorreram muito ao crédito bancário nos

últimos anos e o aumento do malparado potenciou a actividade da recuperação de créditos", justifica.

Cerca de 85% dos clientes é do sector financeiro e 80% do crédito recuperado diz respeito a malparados com menos de três anos de delinquência. "Quanto mais recente o caso de incumprimento, mais rápida e bem sucedida é a recuperação. Em média, as empresas da APERC estão a levar seis meses para resolver os processos", precisa. O restante 20% de malparado "diz respeito a carteiras de incobráveis de mais longa duração, mais difíceis de resolver, que os nossos associados compram aos bancos". "É uma forma destas instituições retirarem esses valores do balanço o que ajuda a diminuir o rácio oficial de incumprimento", repara o economista.

"O malparado está essencialmente ligado aos empréstimos a particulares, sobretudo créditos pessoais, para consumo, ao uso do cartão de crédito", continua o especialista que trabalhou na banca comercial durante quase 30 anos. "Desemprego, descontrolo nos gastos, divórcios, a morte do cônjuge, iliteracia financeira, agressividade dos bancos na venda de produtos, taxas de juro muito baixas durante muito tempo, tudo isto levou a que muitas pessoas acumulassem dívidas a tal ponto que deixaram de conseguir pagar", assegura, reparando que "incumpridor-tipo tem um crédito à habitação, mas não costuma falar o seu pagamento. Já nas outras dívidas, o incumprimento tende a ser bastante superior". ■

EUROPEUS GASTAM MENOS ESTE NATAL

A maioria dos consumidores europeus vai restringir o seu orçamento destinado às compras de Natal para compensar o efeito da subida dos preços de bens alimentares e energia. De acordo com um estudo da Deloitte, os consumidores revelam assim uma consciência maior da conjuntura, sendo que só os consumidores das economias mais fortes irão gastar mais dinheiro este Natal.

Dívidas ao Fisco e à Segurança

O Fisco e a Segurança Social têm por cobrar, em conjunto, quase 16 mil milhões de euros, sendo por isso um mercado cada vez mais apetível para as empresas privadas de recuperação de créditos.

"Queremos entrar em áreas muito importantes, como a dos incobráveis do Estado, em áreas como o Fisco e a Segurança Social", assegura António Gaspar, da APERC, associação que integra empresas nacionais e estrangeiras, como as francesas Coface e Efficco (grupo BNP Paribas) ou a sueca Intrum Justitia. Para breve está também

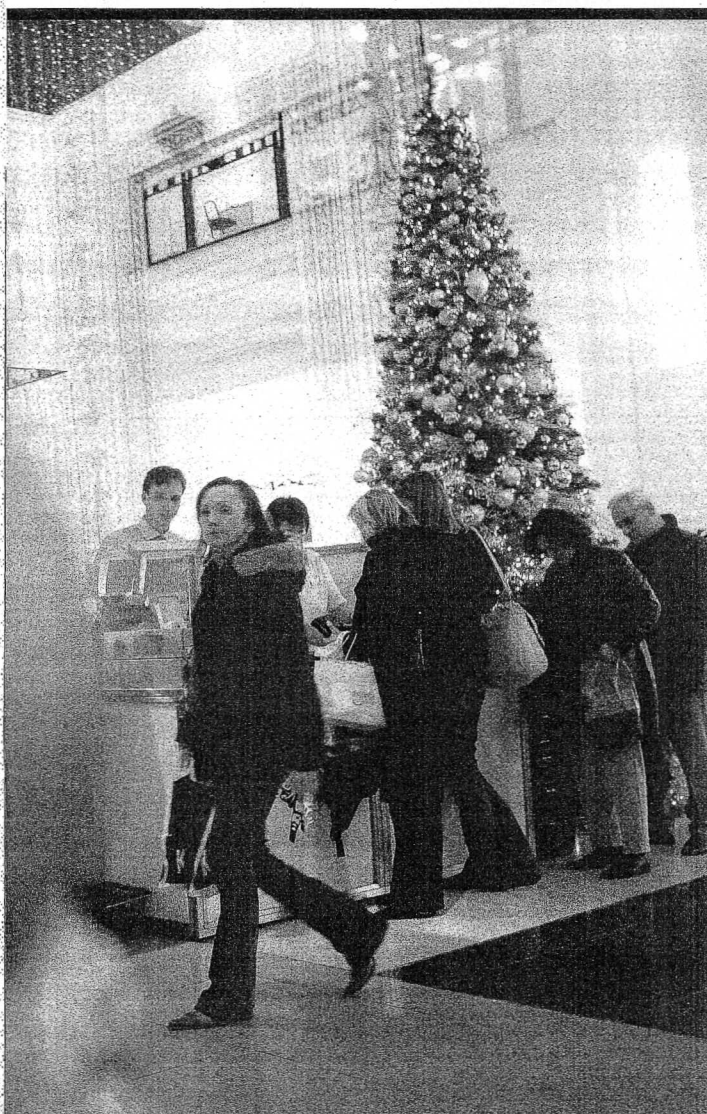
o reconhecimento da actividade do sector por parte do Governo. "Reunimos a 8 de Outubro com a Direcção-Geral das Actividades Económicas para ultimar o texto da lei a ser publicada brevemente", junta o responsável. A regulamentação da actividade "é um passo importante para acabar com as acusações de ilegalidade" e "com os problemas com advogados e solicitadores, que estão neste mercado, mas usam a via judicial, muito mais ineficaz". As empresas da APERC resolvem a maior parte dos processos fora dos tribunais; em 2006, foram

O reconhecimento da actividade do sector por parte do Governo está para breve.

A taxa de sucesso da recuperação de créditos ronda os 70% a 80%.



António Gaspar Director-geral da APERC



Social na mira dos privados

400 mil. Ou seja, "reduzem o prazo médio de pagamentos da economia", observa.

O futuro regime abre também a porta à privatização da actividade de cobrança de dívidas dos contribuintes. "É o que esperamos. O Fisco e a Segurança Social estão a cobrar junto dos grandes devedores, mas haverá um ponto em que entram na parte das pequenas dívidas. Nessa altura, faz sentido o 'outsourcing' do serviço às empresas especializadas para aumentar a eficiência do sistema", justifica. Os impostos têm a reaver 12,7 mil milhões de euros; a Previdência 3 mil mi-

lhões, a maioria incobrável. A facturação das empresas de recuperação de créditos assenta em comissões ou na cobrança por cada processo concluído com sucesso, depende da empresa. A taxa de sucesso ronda os 70% a 80%. Há também o caso do malparado comprado aos bancos: "são créditos mais difíceis de cobrar, adquiridos por um valor mais baixo, mas as empresas conseguem mais do que compensar esse custo". Aos incumpridores "as empresas propõem uma extensão dos prazos de pagamento e tratamento caso a caso se necessário", assegura ■ L.R.R.

PROCESSOS

Em 2006

400 mil

CONCLUSÃO

Duração média dos processos

6 meses

EMPREGADOS

Do sector (APERÇ)

614